

Igualdade de gênero no ambiente escolar

Leonardo Marçal

Pedagogo (Fortium/DF), graduando em Biblioteconomia (UFPE), assessor educacional e pesquisador em estudos de gênero na educação

O problema de pesquisa envolvido neste artigo refere-se a como a igualdade de gênero vem sendo promovida nas escolas de Ensino Fundamental. Focando na hipótese de que a discriminação de gênero pode ocorrer nos ambientes escolares, elevando-se nas construções familiares, religiosas, sociais, políticas e escolares vivenciadas pelos alunos/as e professores/as, cabe à escola gerir projetos que promovam a busca por igualdade de gênero.

O objetivo geral está na análise das ações de promoção da igualdade de gênero na educação. Os objetivos específicos apresentam-se nas análises das primeiras impressões sobre gênero e equidade na escola e observando o comportamento dos professores na geração de debates sobre o tema proposto e a descrição das práticas pedagógicas direcionadas à promoção da igualdade de gênero e a investigação de ações de promoção à igualdade.

Construir a igualdade de gênero na escola é evitar que processos de discriminação ocorram; entretanto é importante que seja praticada desde os primeiros anos da vida escolar. A participação do professor é necessária para que a sala de aula não seja um espaço gerador e reproduzidor de uma educação discriminatória, e sim um espaço de construção de igualdades, pois sabemos que a escola contribui de forma significativa para a manutenção dos padrões estabelecidos na sociedade.

Nesse contexto, buscaremos analisar as posturas de meninos e meninas no ambiente escolar e as ações dos educadores e programas desenvolvidos voltados para a discussão de gênero, analisando as falas dos docentes que podem melhor auxiliar os estudantes nesse processo de construção de identidade, tendo, dessa forma, uma escola que promova igualdade de gênero, visando formar uma sociedade livre de ódio, violência e discriminação, justificando assim a vertente proposta aqui, pautada na igualdade de gêneros e de sexualidades, estabelecida por meio de práticas, aprendizagens e experiência.

Também serão investigadas novas ações e atitudes que visam a promoção da igualdade e da diversidade de gênero em nossa sociedade. Por essas ações discutiremos como a sociedade brasileira vem avançando a passos largos, mesmo que a realidade ainda esteja pautada no conservadorismo, machismo e a reprodução das desigualdades existentes.

Primeiras concepções

No mês de setembro de 2015, quando ocorria a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi aprovada a nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Agenda 2030. Composta por 17 objetivos e com vigência entre 2015 e 2030, esses objetivos representam o andamento de diversas ações e metas empreendidas em nível global que buscam avançar em prol do desenvolvimento da sociedade.

Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e as 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova agenda universal. Levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e procuram obter avanços nas metas não alcançadas. Buscam assegurar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. São integrados e indivisíveis e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU, 2015, p. 1).

Esta pesquisa encontra-se embasada no ODS 5, cuja intensificação busca a implementação da igualdade de gênero no mundo e empoderamento de todas as mulheres e meninas. Alcançar a igualdade de gênero no Brasil e empoderar as mulheres e meninas representará uma contribuição efetiva para o progresso de todos os outros objetivos e metas da agenda, ao reafirmar e recuperar os princípios contidos nas principais normas internacionais voltadas aos direitos humanos – o Plano de Ação da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento; a Convenção para Eliminar Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW); e a Plataforma de Ação de Pequim, todas normas ratificadas pelo Estado brasileiro.

A integração da perspectiva de gênero na educação é crucial, pois todos os anos milhões de crianças, adolescentes e adultos brasileiros são excluídos das escolas ou têm suas trajetórias educacionais interrompidas por causa de desigualdades. As discriminações e violências presentes em nossa sociedade são refletidas por toda via no ambiente escolar. O contexto violento, aliado à pobreza e à má qualidade da educação em cidades desfavoráveis, resulta na evasão e reprodução das desigualdades.

O alcance das metas referentes ao ODS 5 depende da promoção ao combate às desigualdades de gênero, que sempre estão articuladas com estratégias de combate ao racismo e outras formas de discriminação. Em resposta as essas especificidades, concorda-se que as salas de aula são um dos lugares onde aprendemos as primeiras lições a respeito do preconceito entre gêneros.

Por esse motivo, é necessário que os debates e discussões sejam abertos nas IES entre as licenciaturas e excepcionalmente nos cursos de Pedagogia. É primordial que novas propostas, atitudes e ações sejam realizadas. É válido lembrar que, por mais que os debates e discussões sobre as relações de gênero estejam presentes nas instituições de ensino, na formação dos docentes, entre as pesquisas nas mais variadas áreas, ainda há muito o que percorrer nos caminhos em direção à igualdade.

Buscaremos analisar e gerar o debate em meio a esse vasto campo de reflexões; é possível ver que ainda restam no curso de Pedagogia alguns docentes que parecem acreditar que diversidade e gênero são assuntos de quem é LGBT ou, no máximo, alguém que é estudioso da área de Sociologia ou História, o que torna ainda mais irrelevantes questões impostas por pessoas que utilizam uma lente conservadora e heterocentrada naquilo que se pensa e vê.

O objetivo é uma sociedade mais justa, igual e democrática em referência a professores e professoras, alunos e alunas, diretores e diretoras, por fim todos os profissionais da educação. Se a promoção da igualdade for realizada, será possível formar cidadãos e cidadãs que visem o respeito às diversidades, sejam elas culturais, raciais e étnicas, de crenças e valores, inclusive as sexualidades. Quando refletimos a esse respeito e nas questões de gênero no ambiente proposto à investigação, vemos que na escola se encontram as mais variadas experiências de vida e realidades sociais. Torna-se fundamental compreender e saber lidar com essas diversidades, zerando o preconceito, o estigma e a discriminação, tornando a sociedade mais justa e igualitária.

A desigualdade de gênero é uma das violações mais persistentes dos direitos humanos em nosso tempo (ONU Mulheres, 2014). Propor diálogo e desenvolver projetos que promovam a igualdade entre os gêneros na escola é remover barreiras sociais e culturais, barreiras estas que por muitas vezes impedem a sociedade de elevar-se cultural e potencialmente. É essencial que nós, como educadores, possamos ajudar essa nova geração a modelar uma nova sociedade, livre do ódio, do ópio das desigualdades, justa e igualitária.

A violência de gênero no ambiente escolar tem causado impacto negativo na educação de milhões de crianças em todo o mundo (Unesco, 2015). Por esse motivo, promover a reflexão e o debate do presente tema em ambiente escolar é necessário; essa é uma das formas de construir uma nova sociedade, livre de preconceitos, reflexiva, crítica e igual. É pela educação que o mundo pode ser transformado.

Conforme expõe Nora Fyles, diretora da Iniciativa da ONU pela Educação das Meninas:

Apesar dos avanços nos últimos 20 anos, a violência de gênero na sala de aula e no ambiente escolar permanece invisível. Para lidar com esse problema, os governos e a sociedade civil devem se envolver mais para proteger as crianças e buscar, por meio da educação, a mudança necessária. A violência de gênero relacionada ao ambiente escolar inclui assédio verbal ou sexual, abuso sexual, punição física, além do *bullying*, que afeta cerca de 246 milhões de meninos e meninas todos os anos (Unesco, 2015 p. 24).

A violência de gênero pode gerar aumento da evasão, fraco desempenho, desistência escolar, baixa autoestima, depressão. Todos esses elementos têm impacto negativo na aprendizagem e no bem-estar dos estudantes (Unesco, 2015). As escolas devem ser um refúgio para as crianças, especialmente para aquelas que vivem em cidades e bairros marginalizados, afetados pelas desigualdades sociais. É vital que a comunidade acadêmica realize pesquisas para compreender a escala e o alcance da desigualdade de gênero relacionada ao ambiente escolar, bem como para desenvolver políticas e propostas pedagógicas para eliminá-la.

Para Silva (2007), todas as pessoas, desde sua infância, devem ter direito a uma vida digna, justa, saudável e sem violência. É importante que as crianças e adolescentes desenvolvam plenamente sua autonomia e sua capacidade de reflexão crítica e ação construtiva no mundo. Sabemos que nenhuma criança nasce com preconceitos; esses sentimentos podem ser transformados em atos violentos no futuro e são construídos ao longo de sua vida.

Gênero: conceitos e definições

O gênero define-se em papéis, comportamentos, atividades e atributos de uma sociedade em determinado momento, considerando os papéis apropriados para homens e mulheres: os atributos sociais e oportunidades associados ao ser homem ou mulher e às relações entre mulheres e homens.

Esses atributos, oportunidades e relações são socialmente construídos e aprendidos por meio de processos de socialização. São específicos de um contexto e um tempo, e são mutáveis. O gênero determina o que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher ou em um homem. Conforme Silva (2007), os diferentes sistemas de gênero – masculino e feminino – e de formas de operar nas relações sociais, de poder entre homens e mulheres, são decorrência da cultura, e não de diferenças naturais instaladas nos corpos de homens e mulheres.

Para as *ciências sociais e humanas*, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana; no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. *Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos* (Silva, 2007, p. 39, grifos nossos).

O que realmente importa no estudo das relações de gênero é a discussão dos processos de construção histórica e social instituídas na formação de homens e mulheres, meninos e meninas. Esta pesquisa está preocupada com as relações de poder entre mulheres e homens no ambiente escolar; a relevância se dá a partir da demonstração de que a escola ainda pode ser reprodutora de padrões estabelecidos na sociedade, que infelizmente existem até hoje. Entretanto, encontrar escolas que propõem a mudança de paradigmas, novas formas de agir e atuar diante da sociedade que a envolve se tornará evidência.

Segundo os PCN,

o conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vem ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (p. 321-322).

Concordamos que o gênero é uma construção social, realizada por meio das relações interpessoais e enfatizada nas interações das pessoas com o contexto em que estão inseridas, que faz estabelecer relações de poder entre os sujeitos do mesmo gênero ou distintos. Pensar o gênero também como construção social permite ver a diversidade de formas de manifestar a feminilidade e a masculinidade. Faz perceber que podemos transitar entre os estereótipos do masculino e do feminino em momentos nos quais somos mais sensíveis (Casagrande; Tortato, 2016, p. 27).

O desenvolvimento de políticas públicas

O Brasil tem realizado um esforço especial para produzir políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades, do racismo e da homofobia. Porém, infelizmente, no contexto em que vivemos, a combinação histórica entre pobreza, desinformação, patriarcado e as diversas formas de homofobia, sexismo e violência marcam o cotidiano de mulheres e homens das diversas regiões de nosso país.

Esse contexto constrói e estrutura diversos campos da vida social, inclusive as instituições sociais, dentre as quais encontra-se a escola. Se é possível construir os fatores negativos dessas desigualdades, encontramos um sinal de que também é possível reverter essa situação; construir uma nova sociedade reflexiva, crítica, igual e empoderar as mulheres seria fator decisivo para a melhoria.

O Brasil foi protagonista em diversas conferências mundiais, sendo elas peças chave para a mudança e a inclusão políticas públicas para a igualdade e mudanças na educação. A primeira conferência a ter o Brasil como um dos protagonistas foi a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) em 1994; foi o maior evento mundial sobre temas populacionais. Na formulação de políticas e programas sociais, os países atuantes chegaram ao consenso de que era preciso deixar de centrar-se no controle do crescimento populacional como condição para a melhoria da situação econômica e social dos países, e assim passaram a reconhecer o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como fatores determinantes da qualidade de vida dos indivíduos. Nessa perspectiva, delegados de todas as regiões e culturas concordaram que a saúde reprodutiva é um direito humano e um elemento fundamental da igualdade de gênero (UNFPA, 2004, p. 103).

Em 1995 ocorreu a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, propondo, dentre as medidas para a eliminação das discriminações de gênero, a formação do corpo docente para uma prática não discriminatória e a adoção de material que não reproduza os estereótipos de gênero.

Todas essas preocupações estão refletidas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* e no *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*, além de ser matéria característica de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Entretanto, embora vivamos em um cenário diferente em relação aos direitos das mulheres e da população LGBT, ainda há em todos os campos da vida social muita opressão, discriminação e preconceito.

Uma pesquisa elaborada pelo Fórum Econômico Mundial relatou que seriam necessários 95 anos para que mulheres e homens atingissem a igualdade no Brasil; nesse mesmo sentido, o Relatório de Desigualdade Global de Gênero constata que a paridade econômica entre os sexos pode levar 170 anos, em escala mundial.

Por trás desse declínio está um número de fatores. Um deles é o salário, com mulheres ao redor do mundo ganhando, em média, pouco mais da metade que os homens ganham, apesar de trabalharem, em média, mais horas, levando em consideração trabalho remunerado e não remunerado. Outro desafio persistente é a participação na força de trabalho estagnada, com uma média global de 54% para mulheres, comparada com 81% para homens. Em 2015, as projeções baseadas nos dados do Relatório de Desigualdade de Gênero sugerem que a lacuna econômica pode ser fechada dentro de 118 anos, ou em 2133. No entanto, o progresso foi revertido desde então, tendo atingido seu pico em 2013. Além da economia, a disparidade educacional de gênero fechou 1% em relação ao ano passado, chegando a 95%, fazendo dessa uma das duas áreas em que mais progresso tem sido feito até o momento. Saúde e Sobrevivência, o outro pilar que fechou 96% da sua lacuna, deteriorou-se minimamente. O pilar em que a desigualdade de gênero permanece grande, o Empoderamento Político, é também o que apresenta a maior quantidade de progresso desde que o Fórum Econômico Mundial começou a medir a disparidade de gênero em 2006. Esse pilar está agora em 23%, 1% maior que em 2015 e quase 10% mais elevado que em 2006 (Weforum, 2016, p. 1).

É necessário reconhecer alguns esforços do governo brasileiro na elaboração de algumas leis que visam à proteção e à igualdade entre os gêneros; porém, mesmo com tais formulações, ainda está longe de o problema ser suprimido; para obter resultados positivos é necessário deixarmos de lado todo preconceito construído pelo patriarcado e pelas tradições. Nós, como educadores, temos a função de melhorar o mundo, pois é pela educação e as políticas públicas que esses fatores serão revertidos.

Além dos citados no ano de 2014, a Organização dos Advogados do Brasil, através da Comissão Especial de Diversidade Sexual, elaborou o Estatuto da Diversidade Sexual e Emendas Constitucionais; nada mais honroso, que trata a 10ª Parte – Direito à Educação, tratando-se dos Arts. 59 a 65. Eles delimitam as ações das instituições de ensino, escolas, corpo docente e demais funcionários do ambiente escolar, de como se deve tratar a questão da diversidade de gênero na escola.

Podemos dizer que esse foi um dos passos principais no combate à discriminação de gênero, à homofobia, à intolerância por orientação ou identidade de gênero, criminalizando homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, garantindo a defesa da igualdade, dos direitos individuais e coletivos da sociedade.

A emancipação do empoderamento na educação

A educação tem um poder de transividade que todos reconhecem; não devemos pensá-la como uma ideia neoliberal, pois essa ideia trata a educação como investimento de capital em indivíduos que emergem no mercado de trabalho e garantirão a subsistência do capitalismo. A educação perpassa esse ideal falido e sugado durante séculos. Emancipar é libertar, tornar-se independente; em um tom mais firme, é se eximir do pátrio poder.

Emancipar o empoderamento das mulheres que trabalham na educação e das meninas estudantes pode ser uma forma de moldar a sociedade que floresce dentro dos muros das escolas; esses muros exercem controle sobre os discentes, mas cabe às/aos educadoras/es reestruturar a supervisão dessas possibilidades. Emancipar esse empoderamento é trazer a oportunidade das mudanças.

Conforme propõe a Organização Gestos (2007),

a educação é apontada como a estratégia mais eficaz para promover a equidade de gênero, as iniciativas legislativas nas três esferas têm eliminado a discussão dos temas gênero e diversidade sexual do espaço escolar, alguns dos quais responsabiliza criminalmente professoras(es) que o façam. Em abril deste ano, o Ministério da Educação, por iniciativa própria, eliminou os termos identidade de gênero e orientação sexual da Base Nacional Comum Curricular (Gestos, 2017, p. 15).

A educação está relacionada ao empoderamento das mulheres; a grande maioria de pessoas formadas nos cursos de Pedagogia é de mulheres, e são elas que dominam o ambiente escolar. Analisando a perspectiva de Paulo Freire em relação ao trabalho da igualdade e à educação como fonte de libertação, é possível introduzir o gênero na prática pedagógica, realizando assim as oportunidades de mudança por meio das práticas pedagógicas.

O empoderamento está ligado às relações de poder: o poder de escolhas, a educação popular e a teoria feminista resgatam ainda mais essa relação. Porém, em meio a tantas ideias, entramos na análise de Cecília Luttrell (2009), que enfatiza que o termo “empoderamento” refere-se a quatro dimensões, são elas:

- Empoderamento econômico;
- Empoderamento humano e social;
- Empoderamento político; e
- Empoderamento cultural.

O empoderamento econômico visa certificar que todos tenham e desenvolvam habilidades e capacidades para uma vida mais sustentável. O humano e social compreende que o empoderamento é um processo de múltiplas dimensões, em que as pessoas adquirem o controle de suas próprias vidas. O político emerge na capacidade de analisar, organizar-se individual e coletivamente em uma forma de execução de sua cidadania. Por fim, compreendendo que este é o mais importante e é a coluna central de todas as outras três dimensões, o empoderamento cultural busca redefinir as regras e normas sociais, assim como o ato de criar novas práticas e signos culturais.

Metodologia e procedimentos da pesquisa

Como instrumentos para a construção e levantamento dos dados, serão utilizadas observações das falas dos entrevistados; tratando-se de uma pesquisa de campo e de caráter qualitativo, consideramos que esta investigação é de cunho analítico-descritivo. Segundo Köche,

o planejamento de uma pesquisa depende tanto do problema a ser estudado, da sua natureza e situação espaço temporal em que se encontra quanto da natureza e nível de conhecimento do pesquisador (1987, p. 122).

Os sujeitos desta pesquisa são os professores do Ensino Fundamental e o coordenador de Inovação da Escola Nacional de Administração Pública. A escolha desses sujeitos justifica-se pelo fato de que o processo de construção de identidade encontra-se em pleno desenvolvimento de seus alunos, e o docente tem o papel de mediador e influenciador dessa nova juventude que se ergue, assim como a equipe de apoio da Escola Nacional de Administração Pública, que está desenvolvendo cursos de capacitação para profissionais da Educação e cidadãos em geral, visando à promoção da igualdade de gênero em todas as esferas de poder.

Segundo Almeida (1996), esse tipo de

pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, tais como: entrevista, formulário, questionário e observação, leitura analítica (Almeida, 1996, p. 104).

Será realizada uma entrevista com um grupo de docentes; optamos por esse tipo de entrevista porque é pela fala que poderemos conhecer as concepções que norteiam a visão de um indivíduo e como ela o representa. A pesquisa será estruturada, ou seja, seguirá um roteiro previamente estabelecido, e as perguntas e análises realizadas serão predeterminadas.

Portanto, segundo a abordagem qualitativa, as falas dos sujeitos entrevistados serão analisadas, seus conteúdos classificados e agrupados em categorias de análise. Sendo assim, a organização dos dados classificados e agrupados por categorias será fundamentada nas obras de referência propostas por Laurence Bardin, desenrolando-se sobre a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo pode ser uma análise dos “significados” (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos “significantes” (análise léxica, análise dos procedimentos). O tratamento descritivo constitui um primeiro tempo do procedimento (Bardin, 1977, p. 33).

Análise e discussão dos dados

Foram entrevistados três profissionais da Educação: um professor de uma escola particular na região do Paranoá, uma monitora de turma de uma escola pública na região do Plano Piloto e um coordenador de Inovação da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

Na primeira entrevista, o entrevistado 1 mostrou um pouco de instabilidade em relação ao tema proposto, porém manteve-se aberto ao diálogo e fez afirmações em suas questões. A entrevistada 2 mostrou-se firme e coesa em relação ao assunto, e o entrevistado 3 reagiu bem às questões apresentadas. As questões foram divididas em momentos; assim, na hora de descrever e analisar os dados, teríamos informações mais bem organizadas.

No primeiro momento o entrevistado declara na sua formação profissional e que não recebeu qualquer capacitação ou orientação a respeito de como lidar com certas situações relativas a sexualidade, diversidade e gênero. Observa-se, em algumas falas do entrevistado, sua posição sexista chegar ao ponto de dizer que a escola não tem obrigação de tratar desses assuntos e só precisa intervir quando de fato ocorrer uma situação problemática. A segunda entrevistada mostrou-se mais disposta ao diálogo, talvez pela formação em uma universidade mais aberta, pode-se observar essa análise nas falas representativas.

1º Momento

Questão 1: Gostaria que você falasse sobre o seu trabalho, em termos gerais. E um pouco sobre a sua formação profissional. Como você avalia, atualmente, a sua formação como professor(a)?

Então, decidi fazer Letras, fui para a faculdade, queria ser professor de Português, na realidade queria ser de Inglês e acabei sendo de português, mas hoje sou pedagogo. A gente não aprende a ser professor na faculdade, e também não aprende a lidar com essas situações, eu acho que ninguém aprende a profissão na faculdade, na verdade a faculdade te dá o caminho e o profissional quem faz é você quando você for profissional, porque só aprendemos no dia a dia (Entrevistado 1).

Acredito que a formação, principalmente quando vem da universidade, a gente tem uma formação mais crítica, então é formação muito teórica e não tanto prática, nós vemos que nem tudo que vemos na teoria será usado na prática (Entrevistada 2).

2º Momento

Nesse segundo momento, foram priorizadas as perguntas sobre os comportamentos dos alunos, principalmente no desenvolvimento de certas atividades – sejam elas em grupo ou não. Os entrevistados responderam de forma parcial, e observa-se que tudo dependerá do tipo de atividade a ser desenvolvida e como o professor fará a mediação no contexto aplicado.

Alguns passaram por situações de alunos apresentarem comportamentos que não são considerados de forma cultural adequados em relação ao seu sexo; o entrevistado 1 manteve-se no diálogo de que a reação foi tranquila, enquanto a entrevistada 2 manteve uma postura de intervenção e propôs um debate aberto com os alunos.

Ambos informaram que nunca presenciaram seus alunos sofrerem *bullying* por suas posturas e ambos vivenciaram situações em sala que envolviam questões relativas à sexualidade, porém trataram de forma natural e propuseram diálogo com os alunos.

Questão 2: Você percebe diferenças no comportamento dos seus alunos quando eles estão desenvolvendo atividades em grupos mistos (formados por meninos e meninas)?

Depende do tipo de atividade, as diferenças de comportamento ocorrem mais quando as atividades são relacionadas a jogos e dinâmicas com a turma (Entrevistado 1).

Sim e não, depende da atividade. Quando é uma atividade igual e que não tenha essa orientação por gênero, por exemplo, um desenho livre, não muda o comportamento. Mas se for uma atividade voltada para esporte, aí muda (Entrevistada 2).

Questão 3: Você já teve um aluno ou uma aluna que apresentasse comportamentos que não são considerados “culturalmente” adequados ao seu sexo? Como os demais alunos lidaram com essa situação? Como você lidou e como se sentiu nessa situação?

Sim, porém as reações dos alunos foram tranquilas (Entrevistado 1).

Sim, e foi a parte em que tivemos que intervir. A criança quer brincar de carrinho, quer brincar de jogar bola, nós deixamos. As crianças geralmente não percebem essas reações que ocorrem. Tanto faz brincar de carrinho ou boneca, para eles tanto faz essa interferência. Eles mesmos falam que isso não vai interferir nada neles (Entrevistada 2).

Questão 4: Você já presenciou alguma situação, em sala de aula ou no recreio, em que um dos seus alunos foi alvo de gozação por parte dos colegas por preferir andar com as meninas ou algo parecido? O que você fez? Como se sentiu? E no caso das suas alunas, já ocorreu algo similar? O que você fez? Como se sentiu?

Não, nunca presenciou um fato como esse (Entrevistado 1).

Não, nunca presenciei (Entrevistada 2).

Questão 5: Como professor(a), você já deve ter lidado, em algum momento, com situações em sala de aula que envolviam questões relacionadas à sexualidade (como perguntas ou comentários realizados pelos seus alunos). Você se lembra de alguma situação assim? Como você lidou e como se sentiu nessa situação?

Sim, já ocorreu; entretanto, lidei da maneira mais natural possível. Assuntos como esses devem ser tratados de forma natural (Entrevistado 1).

Sim, foi uma resposta de um aluno em falar: “ah, eu posso brincar de boneca, meu pinto não vai cair”. Eu me senti surpresa, pois não esperava essa resposta, a turma reagiu bem, o que gerou um bom debate aberto, questões como a menina pode brincar de carrinho, pois as mulheres dirigem carro; as meninas podem jogar futebol, pois o melhor jogador do mundo é mulher; o menino pode brincar de boneca, pois um dia ele será pai e pode gostar de criança (Entrevistada 2).

3º Momento

Neste terceiro momento, tentamos analisar a opinião dos entrevistados a respeito das relações de poder entre os gêneros, tais como: o que a sociedade espera da mulher? Ambos responderam quase de forma conjunta que a sociedade espera uma mulher submissa, que trabalhe em lugares leves, como a educação, por exemplo.

Também foram analisadas questões sobre a reprodução de desigualdades na escola em relação ao desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes das meninas e dos meninos; o entrevistado 1 afirma que a escola tem diretrizes e são elas que regem o que é desenvolvido e interessante aos alunos, enquanto a entrevistada 2 diz que a escola continua reproduzindo as desigualdades na questão de gênero.

Na finalização, foi solicitado que os entrevistados falassem qual deveria ser o papel da escola em relação à igualdade de gênero; o entrevistado 1 comenta que a escola não deve levantar bandeira, deveria apenas discutir essas relações quando surgissem problemas; a entrevistada 2 mantém-se na afirmação de que a escola tem que estimular a igualdade, ter a convicção de que todos os alunos são iguais, têm os mesmos deveres e direitos, independentemente do sexo.

Questão 6: Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem? Por quê?

Infelizmente sim, esperam que sejam submissas. Que realizem trabalhos leves e que ocupem áreas de trabalho mais voltadas para elas; é o caso da educação, por exemplo, a grande maioria de profissionais da Educação Básica são mulheres. Já em áreas como política e exatas não vemos isso acontecer (Entrevistado 1).

Sim, ainda espera, ainda tem o preconceito de achar que a mulher tem que fazer coisas mais leves, que não é preparada para o serviço pesado, mas que tem que dar conta do serviço da casa, do trabalho, escola e tudo (Entrevistada 2).

Questão 7: Você acha que a escola colabora no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? Por quê?

Não, a escola tem uma diretriz e esta deve ser seguida. Todos os alunos aprendem e desenvolvem as mesmas habilidades em sala de aula (Entrevistado 1).

Sim, com certeza a maioria das escolas ainda acha que o menino é o que vai jogar bola e a menina é que vai cuidar da casa. Continua reproduzindo (Entrevistada 2).

Questão 8: Na sua opinião, qual deveria ser o papel da escola em relação à igualdade de gênero?

A escola não é o espaço próprio para discutir gênero, e eu acho que a escola não deve discutir gênero, ela não tem que falar dessas particularidades. Esse assunto deve ser discutido quando o problema ocorrer. Não devemos levar para a sala essa discussão de levantar bandeiras. A escola deve se manter isenta, a escola tem regras e determina diretrizes, mas a sala é um organismo vivo, o planejamento se reconstrói à medida que o planejamento se transforma com as realidades da sala. A sala de aula é sensacional e libertadora (Entrevistado 1).

A escola tem que estimular, tem que mostrar que os dois têm os mesmos direitos, mesmos deveres, devem ser tratados igual e devem se respeitar (Entrevistado 2).

Questão 9: Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

A escola tem que estar preparada para a discussão, mas não acho interessante o levantamento de bandeiras ou defender algum tipo de causas, ela tem que defender a paz, o respeito e o amor e receber todas as pessoas, todas elas devem se sentir seguras dentro da escola. Sejam elas mulheres, negros e gays. A escola tem caminhado por um caminho bom, mas me preocupa o quanto ela se comporta diante das situações (Entrevistado 1).

A entrevistada 2 não respondeu.

4º Momento - ações de promoção

No quarto momento buscou-se investigar ações que estão sendo implementadas em algumas organizações e que possivelmente ajudarão na formação e capacitação de profissionais e professores para lidar de forma mais colaborativa na promoção da igualdade de gênero, educação em e para os direitos humanos e os direitos das pessoas LGBT.

Foram analisadas questões sobre a formação do coordenador, o desenvolvimento do seu trabalho e a questão principal: o porquê de promover a igualdade de gênero. Dessa forma, observamos que a promoção da igualdade de gênero na sociedade representará a superação de várias questões existentes: a violência contra a mulher, contra as pessoas negras, o empoderamento feminino e sua paridade em relação ao trabalho etc.

Para finalizar, observamos que essas capacitações servirão como auxílio para os profissionais da educação, ajudando no desenvolvimento de suas múltiplas competências; sendo assim, os materiais alcançarão o maior número possível de cidadãos em geral, visando ao rompimento de certos tabus, conceitos criados que serão superados juntamente com os outros problemas da sociedade.

Questão 10: Gostaria que você falasse sobre o seu trabalho, em termos gerais.

Eu trabalho com desenvolvimento de cursos a distância e diretamente com a inovação desses cursos; buscamos encontrar novos mecanismos para tornar a educação a distância mais leve, então desenvolvemos cursos e buscamos novas metodologias que possam tornar essa aprendizagem mais bacana. Nosso papel é buscar mecanismos para que a EaD se desenvolva no contexto atual.

Questão 11: Agora fale um pouco sobre a sua formação profissional e como ela gera impactos no seu trabalho.

Às vezes eu penso que minha formação profissional está ligada diretamente ao trabalho que desenvolvo, porque qualquer trabalho com educação exige múltiplas competências, mas eu acabo acreditando que essa formação múltipla contribui muito para o desenvolvimento. Todo educador deveria também pensar em desenvolver competências que o ajudem diretamente.

Questão 12: Por que promover a igualdade de gênero?

Quando eu penso em igualdade de gênero, penso em coisas que vão além de homens e mulheres terem o mesmo tratamento; o significado de igualdade de gênero em nosso país e na maioria dos países do mundo vai além disso, é até meio óbvio as pessoas serem tratadas de forma igual independente do sexo... Acho que, para além disso, a igualdade representa a superação de vários outros problemas existentes na sociedade, a violência contra mulher, contra trans e várias outras violências; promover a igualdade de gênero para mim representa um conjunto de ações que contribuem para superação desses outros problemas de nossa sociedade.

Questão 13: Fale um pouco da representatividade desses cursos e como eles poderão auxiliar professores e profissionais da educação básica na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e diversa.

Os nossos cursos são gratuitos e livres, qualquer pessoa pode fazer, e ela não precisa pagar por isso. Atingem diretamente os servidores públicos de qualquer esfera; além disso eles atingem grande parcela da sociedade em geral. São materiais de fácil acesso, linguagem tranquila e com utilização de vários recursos que facilitarão a aprendizagem. Temos em desenvolvimento um curso de inclusão de gênero pela linguagem, o curso de Promoção dos Direitos LGBT, que tratará questões das normas e comportamentos sociais e como são construídos, quebrando vários preconceitos e conceitos já construídos, mostrando para as pessoas que estamos em um mundo em movimento e que elas precisam se movimentar. Isso é uma coisa central, cursos que quebrem esses paradigmas construídos ao longo da história... são assuntos que podem ser discutidos de forma tranquila, atingindo os profissionais da Educação seria um caminho maravilhoso, porque eles têm a possibilidade de levar isso pra frente na educação, construindo personalidade diferente na sociedade.

Conclusão

Promover a igualdade de gênero no ambiente escolar não é apenas uma proposta ousada, mas oportuna e totalmente necessária. A escola é o espaço onde a consciência sobre a questão de igualdade deve ser primordialmente trabalhada, para que, se possível, a democracia de nosso país possa deixar de ser um mito e passe a ser realidade.

Tendo em vista o anseio de conscientizar os estudantes acerca da importância de gerar respeito, aceitação e melhor interação entre eles e suas convívências, percebemos a necessidade de construir no projeto político-pedagógico um trabalho com diversidade e igualdade, pois, em virtude do mundo multicultural em que vivemos e que apresenta reflexos dessa diversidade no âmbito social, que pode ser vista na comunidade escolar, torna-se imprescindível a construção de um PPP que desperte a valorização e o respeito com princípios de igualdade, tolerância e cidadania.

Sendo assim, trabalhar a igualdade na escola é dar voz às meninas, liberdade, autonomia e emancipação, mostrar que elas podem alcançar lugares maiores e que elas devem tomar esses lugares. Se donas de si, construir uma nova sociedade, uma sociedade justa, igualitária pois a educação não é somente um direito humano, ela é a maneira mais eficaz de atingir o crescimento de uma nação, seja ele econômico ou cultural. Vamos focar em criar escolas saudáveis eliminando as desigualdades, vamos acreditar e lutar para que todas as crianças tenham o direito à educação e que ela empodere a todos nós.

De toda análise desta pesquisa, é possível realizar uma pequena pergunta: o que significa agir como uma menina ou como um homem? É por essa pergunta que refazemos a base fundamental de tudo que foi pesquisado, pois se faz necessário denunciar e mudar as linguagens preconceituosas – nossas e de nossos alunos também. Dessa forma, fazer com que as pessoas que utilizam esse tipo de linguagem reflitam a esse respeito, pois essa linguagem pode reforçar ainda mais os estereótipos de gênero.

Se quisermos construir uma sociedade igualitária, vamos mudar nosso linguajar, em seguida vamos combater os repressores; quando falamos em repressão, nos referimos também ao espaço digital: constantemente notamos notícias sobre jovens que se suicidam após ataques de *cyberbullying*; vamos denunciar essa prática. Assim contribuiremos para a transformação da internet em um espaço seguro a todos. E, por fim, a frase principal é “ensine um professor”; empoderar os educadores para que seja criado um ambiente de igualdade em sala de aula e na própria escola. Um ambiente acolhedor, que respeite os direitos humanos, que inclua todas as questões relacionadas à igualdade de gênero – seja na formação ou na prática docente. Assim estaremos construindo um campo de oportunidades iguais para as crianças.

Referências

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. *Feminicídio*. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/>. Acesso em: 11 out. 2017.

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. Tipos de pesquisa. In: ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. *Como elaborar monografias*. 4ª ed. rev. e atual. Belém: Cejup, 1996. Cap. 4, p. 101-110.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informação e Informática do SUS (Datasus). *Sistema de Informação de Nascidos Vivos (Sinasc)*. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério da Educação/Ministério da Justiça/Unesco, 2007.

CASAGRANDE, Lindamir Salete et al. *Entrelaçando gênero e diversidade: enfoques para educação*. Curitiba: UTFPR, 2016.

GESTOS – Soropositividade, Comunicação e Gênero. *Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030*. Disponível em: <http://brasilnaagenda2030.org>. Acesso em: 23 out. 2017.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

KÖCHE, José Carlos. Tipos de pesquisa. In: KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica*. 14ª ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 122- 126.

LUTTRELL, Cecilia et al. *Understanding and operationalising empowerment*. London: ODI Working Papers, 2009.

OAB. *Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero*. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7302364&disposition=inline>. Acesso em: 20 jan. 2018.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios*. Brasília: OIT, 2010.

ONU. *Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*. Cairo, 1994.

ONU. *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015.

ONU. *UN Women, OSAGI Gender Mainstreaming - Concepts and Definitions*. Disponível em:

[//http://www.un.org/womenwatch/osagi/conceptsanddefinitions.htm](http://www.un.org/womenwatch/osagi/conceptsanddefinitions.htm). Acesso em: 25 ago. 2017.

ONU MULHERES. *Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero*. Disponível em:

<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Superando as desigualdades de gênero: o papel da escola. *Revista Gênero, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - Nuteg*, Niterói, v. 8, nº 1, 2007.

UNESCO. *Relatório de monitoramento global da educação*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-2030/gem-report/>. Acesso em: 25 ago. 2017.

Publicado em 17 de setembro de 2019

Como citar este artigo (ABNT)

MARÇAL, Leonardo. Igualdade de gênero no ambiente escolar. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 21, 17 de setembro de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/21/igualdade-de-genero-no-ambiente-escolar>



Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)